

Fortaleza, setembro de 2026.

Companheiras e companheiros que lutam por uma alimentação saudável,

Venho conversar com vocês sobre a necessidade de ampliarmos nossa luta por direitos. A pauta da alimentação atravessa a redução das desigualdades sociais, a preservação da natureza, a soberania alimentar, a defesa da nossa cultura e a saúde de toda a sociedade. É uma pauta que vai da semente ao prato. Foi assim que conduzi meus 12 anos de mandato estadual: propondo emendas, rubricas ao orçamento, projetos de lei, projetos de indicação e audiências públicas em torno desse tema. Deixo aqui um panorama do que construímos juntos, porque nenhuma dessas conquistas foi obra de um gabinete, mas de mãos dadas com quem produz, com pesquisadores e com entidades da sociedade civil e militantes que defendem comida de verdade.

Trabalhamos, antes de tudo, por uma transição agroecológica. Aprovamos a Lei Zé Maria do Tomé, que proibiu a pulverização aérea de agrotóxicos no Ceará em 2019, pioneira no país. Diante do recente retrocesso que liberou o uso de drones para essa mesma pulverização, seguimos atuando para que sua inconstitucionalidade seja reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, na ADI 7794. Propusemos ainda a proibição de agrotóxicos já vetados na União Europeia por seus danos ao meio ambiente e à saúde; dos neonicotinoides, pelos males que causam às abelhas; e da atrazina, que a IARC, agência vinculada à Organização Mundial da Saúde, reclassificou, em novembro de 2025, como provavelmente carcinogênica para humanos.

Ao lado de quem produz de forma saudável, sugerimos, por projeto de indicação, alterar a Lei nº 18.665/2023 para isentar de ICMS a produção e a comercialização de produtos da apicultura e da meliponicultura no Ceará. E, por emenda à mensagem governamental, conseguimos a isenção de ICMS aos produtos orgânicos com Selo Verde, na Lei nº 15.892/2015, além da inclusão da prioridade de distribuição de sementes crioulas pelo governo do estado e a vedação da aquisição e da distribuição de sementes transgênicas pelo Projeto Hora de Plantar, na Lei nº 17534, de 22 de junho de 2021. Mais recentemente, também aprovamos a criação de Zonas Livres de Agrotóxicos por meio de uma emenda dentro da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Peapo).

Nas escolas, proibimos os ultraprocessados e promovemos a alimentação saudável pela Lei nº 19.455/2025, contribuindo para proteger mais de 2 milhões de crianças e adolescentes. Propusemos o projeto que garante assistência nutricional nas escolas públicas e particulares e o fornecimento de alimentação escolar também durante o período de férias. E, por indicação, apresentamos o Programa Estadual de Certificação de Produtos Orgânicos, a merenda escolar orgânica na rede estadual de ensino fundamental e médio e um canal de denúncias sobre a alimentação escolar.

Também abraçamos a inclusão de quem convive com alergias alimentares, por entendermos que essa é uma questão de saúde e de cidadania. Aprovamos a Lei nº 17.899/2022, que obriga os estabelecimentos a informar os ingredientes alergênicos contidos nos preparos que comercializam, e a Lei nº 16.936/2019, que institui no calendário oficial do Ceará a Semana de Consientização sobre a Alergia Alimentar.

Pensando na superação da fome e da desigualdade, indicamos a criação do Cartão Alimentação Saudável, destinado exclusivamente à compra de alimentos in natura e minimamente processados, e do Programa Estadual de Supermercados Populares sem fins lucrativos, para oferecer produtos a preços mais acessíveis a quem mais precisa.

Lutamos para reconstruir o Sisan (destruído no Governo Bolsonaro), por isso atuamos sempre em diálogo com os Conseas. Além disso, defendemos o Ceará sem Fome como uma iniciativa pioneira de segurança alimentar e nutricional, e defendemos redes de cozinhas comunitárias e solidárias, destinando recursos orçamentários para aquisição de equipamentos.

Não podemos esquecer também dos profissionais de nutrição e merendeiras, que garantem que o acesso à alimentação se dê de forma segura e nutritiva. Por isso, propusemos que fosse incluído no Calendário Oficial do Estado o Dia da Merendeira e, através de projetos de indicação, tratamos do piso salarial das nutricionistas e da melhoria na condição de trabalho das profissionais que produzem os alimentos nas escolas cearenses.

Mais recentemente, aprovamos o projeto que institui o Dia Estadual da Cultura Alimentar, entendendo esta de forma ampla e dinâmica, sendo os alimentos que consumimos e evitamos definidos por tradições e significados, que se materializam nos modos de produzir, conservar, preparar e servir. Comer é também um ato cultural, atravessado por saberes herdados e aprendidos e condicionado por fatores geográficos, climáticos, religiosos, históricos, políticos e econômicos. Defender essa diversidade é defender a nossa identidade.

Reuni aqui essa trajetória porque agora me coloco como candidato a deputado federal, e quero levar essa luta para Brasília. O que construímos no Ceará pode e deve inspirar políticas para todo o Brasil: comida saudável, campo sem veneno e o direito de todas as pessoas a se alimentarem com dignidade, para que sigamos, juntas e juntos, cuidando da semente ao prato e da terra a quem dela vive.

Vamos juntos?

